



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0002032-11.2009.4.03.6121

RELATOR: Gab. 02 - DES. FED. WILSON ZAUHY

APELANTE: UNIAO FEDERAL

APELADO: MARIA OLIVIA ZONHO ALVES FERREIRA, LUIZ AUGUSTO ALVES FERREIRA

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL - SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL - SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0002032-11.2009.4.03.6121

RELATOR: Gab. 02 - DES. FED. WILSON ZAUHY

APELANTE: UNIAO FEDERAL

APELADO: MARIA OLIVIA ZONHO ALVES FERREIRA, LUIZ
AUGUSTO ALVES FERREIRA

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL -
SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL -
SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

OUTROS PARTICIPANTES:

R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelação interposta pela **UNIÃO FEDERAL** contra sentença proferida em ação ordinária movida por **LUIZ AUGUSTO ALVES FERREIRA e MARIA OLIVIA ZONHO ALVES FERREIRA** objetivando

a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da morte do filho dos autores.

Contestação pela União (Num. 95747152 – pág. 35/48).

Realizada audiência, foram ouvidas testemunhas (Num. 95747156 – pág. 04/14).

Em sentença publicada em 03/02/2017, o Juízo de Origem julgou procedente o pedido para condenar a União ao pagamento de indenização por danos morais aos autores no valor de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para cada um deles, com incidência de juros moratórios a partir do evento danoso, pela Taxa SELIC, e a partir de julho de 2009 pelos critérios do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com alteração promovida pela Lei nº 11.960/2009, e correção monetária pelos índices previstos na Resolução nº 134/2010 do Conselho da Justiça Federal, a partir da data do arbitramento. A União foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação (Num. 95747156 – pág. 113/126 e 135).

A União apela para ver o pedido inicial julgado improcedente. Sucessivamente, pede a redução da indenização arbitrada a título de dano moral, ante a culpa concorrente da vítima, e que seja reformado o critério de correção monetária para que seja adotado exclusivamente aquele previsto pela Lei nº 11.960/2009 (Num. 95747156 – pág. 137/167).

Contrarrazões pela parte autora (Num. 95747156 – pág. 170/175).

É o relatório.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0002032-11.2009.4.03.6121

RELATOR: Gab. 02 - DES. FED. WILSON ZAUHY

APELANTE: UNIAO FEDERAL

APELADO: MARIA OLIVIA ZONHO ALVES FERREIRA, LUIZ
AUGUSTO ALVES FERREIRA

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL -
SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

Advogados do(a) APELADO: MONIQUE BICHIR HABER RIZOL -
SP260218-A, ADELIA CURY ANDRAUS - SP116602-A

OUTROS PARTICIPANTES:

V O T O

Do mérito da causa

No caso dos autos, pretendem os autores a condenação da União Federal ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da morte de seu filho, que era militar da ativa e foi atingido por disparo acidental de arma de fogo dentro de unidade militar, quando em serviço.

O Juízo de Origem julgou procedente o pedido, nos seguintes termos (Num. 95747156 – pág. 116/126):

“(…)

No decorrer da instrução processual restou comprovado o efetivo nexo de causalidade entre o evento danoso - a morte do filho dos Autores Leonildo Zonho Alves Ferreira - e a conduta praticada por agente público no exercício de suas funções perante o Exército Brasileiro.

Com efeito, consta dos autos cópia da sentença de mérito proferida nos autos nº 37-87.2008.7.02.0102, por meio da qual foi o Cabo Josué Oliveira Rosa responsabilizado pela morte de Leonildo Zonho Alves Ferreira e condenado à pena de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de detenção, como incurso no art. 206, § 12 c/c art. 72, inciso I, todos do Código Penal Militar, pelo Juízo da 1ª Auditoria da 29 Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. Essa decisão foi confirmada pelo C. Superior Tribunal Militar (fis.4781488), havendo, inclusive o trânsito em julgado do acórdão e posterior extinção da punibilidade pela

execução da sentença por meio de cumprimento do sursis, conforme extrato obtido no sítio do STM, cuja juntada ora determino.

Consta do acórdão do C. Superior Tribunal Militar o expreso reconhecimento de que o Cabo Armeiro Josué Oliveira Rosa agiu de forma imperita, causando o disparo acidental da pistola, quando no exercício de suas funções de armeiro na organização militar e, conseqüentemente a morte do Cabo Leonildo, filho dos autores, nos seguintes termos (fl. 488):

‘(..) Noticiam os autos que o graduado em questão exercia as funções de armeiro do Unidade e, por este simples motivo, a ele rido era dado desconhecer o funcionamento da arma objeto do crime. O manuseio de qualquer arma de fogo, de sabido poder ofensivo, exige cuidados especiais, particularmente no que diz respeito a não estar apontado para alvo de valor, como é o corpo humano. A imperícia se tornou mais acentuada, na medida em que decorreu do falta de cuidado objetivo por porte de quem, por profissão, detinha pleno conhecimento acerca de como funciona o mecanismo de disparo daquela arma’.

A narrativa supracitada mostra-se inequívoca: a qualidade de agente público do Cabo do Exército Brasileiro, Josué Oliveira Rosa, configurou a razão para a consumação da conduta lesiva, pois praticada quando esse, no exercício da função de armeiro, estava em serviço no interior da reserva de armamento da organização militar (local de trabalho) e mediante uso de arma, pistola 9mm, que portava em razão do serviço, efetuou disparo cujo projétil atingiu a região da cabeça do Cabo Leonildo Zonho Alves Ferreira, culminando com o óbito deste em 20.11.2008. Portanto, imputa-se à União Federal o dever de indenizar o dano moral gerado aos pais do cabo falecido, pois evidenciados os requisitos legais configuradores da responsabilidade objetiva no caso concreto, a saber, o dano, o comportamento do agente público causador do dano e o nexo de causalidade entre o ato comissivo (disparo de projétil por agente público em exercício no Exército Brasileiro) e o evento danoso (óbito do filho dos autores, à época também Cabo do Exército). Cabe ressaltar que

a atividade militar é desenvolvida por membros das Forças Armadas e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, nos moldes do artigo 142 da Constituição Federal, configurando, por natureza, atividade de risco, cujas consequências devem ser suportadas pelo Estado, que a instituiu e a mantém, como base no princípio da igualdade de todos perante os encargos sociais.

A respeito da responsabilidade civil do Estado, vale destacar indefectível lição doutrinária exposta por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, para melhor compreensão do tema:

(...)

Neste contexto, entendo que, por meio da sentença condenatória em questão, tornou-se inquestionável o nexo de causalidade existente entre o dano e o ato de agente público da União e, por conseguinte, patente a responsabilidade civil da União pelo evento danoso, consoante o disposto no artigo 37, §6.2, da Constituição Federal. Nesse sentido já decidiu o E. Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, consoante ementa abaixo transcrita:

(...)

Ausente a causa excludente da responsabilidade civil da Administração Pública consistente na culpa exclusiva da vítima, pois, conforme fundamentação supra, o agente público Cabo do Exército Brasileiro, Josué Oliveira Rosa, atuou de forma decisiva para a consumação do dano (óbito do filho dos autores), tanto que foi condenado por homicídio culposo no âmbito da Justiça Militar. Contudo, do conjunto probatório extrai-se que a vítima, Cabo Leonildo Zonho Alves Ferreira, concorreu, de forma relevante, para o evento danoso, o que reflete no quantum indenizatório. Senão vejamos. Consta dos autos o laudo pericial n.2 00112008 realizado nos autos da prisão em flagrante delito no âmbito do Comando da Aviação do Exército, de exame no local do acidente pelos peritos Primeiro

Sargento da Arma de infantaria Guaracy Santos da Silva e Segundo Sargento da Arma de Infantaria Octavio Augusto Silva Mera (fis. 2271235).

Os peritos nomeados expuseram conclusões das quais se extrai a existência de concorrência de culpas entre a vítima e o agente público autor do disparo, conforme trecho das considerações finais, abaixo transcrito:

(...)

Note-se que, embora o Cabo Josué, na condição de armeiro, não tenha atentado para as normas de segurança no que diz respeito à entrega da pistola pelo Cabo Leonildo, a vítima também não observou o procedimento padrão pertinente, pois deveria ter entregue a arma aberta, sem o carregador e sem munição. No mesmo sentido são as considerações expostas no extrato do relatório final da sindicância instaurada no 1.2 Batalhão de Aviação do Exército (fis. 1551159), onde consta que o Cabo Leonildo entrou "na reserva de armamento sem realizar o procedimento padrão (arma em TAS: arma travada, aberta e sem o carregador) entregando-a para o armeiro nessas condições, contribuindo para o desencadeamento do nexo causal ao agir de modo imprudente, conforme segue:

(...)

No mesmo sentido, foram as declarações das testemunhas ouvidas em juízo (fis. 4701474). Portanto, resta sobejamente demonstrado que tanto a vítima quanto o agente público responsável pelo disparo acidental de arma de fogo agiram de forma imprudente, sendo que o Cabo Leonildo, ao deixar de observar o procedimento padrão para a entrega da arma, auxiliou no processo causal que resultou no acidente fatal. Contudo, relevante frisar que a conduta da vítima, sozinha, não teria o condão de, por si só, gerar o evento danoso.

Em síntese, houve uma soma de esforços que gerou a produção do resultado danoso, situação que irradia efeitos sobre o montante da indenização devida.

Assim, remanesce para análise o quantum indenizatório para fins de reparação do dano moral sofrido pelos Autores, pais do falecido.

A indenização pretendida deve ser mensurada pela extensão do dano, objetivando recompor a lesão sofrida pelas vítimas, no caso os pais do falecido cabo do Exército, na medida do prejuízo que lhes foi causado.

Ora, se é evidente que a aplicação do viés punitivo da indenização reveste-se de caráter pedagógico, de modo a tornar o agente causador do dano mais cauteloso e desestimulá-lo à repetição do ilícito, também é patente que o valor indenizatório deve guardar relação com as peculiaridades do caso, gravidade dos fatos e extensão dos danos.

No presente caso, o dano moral decorrente da morte de um filho não depende de nenhuma comprovação factual. É certo que a morte de Leonildo repercutiu em toda a sua família, gerando dor, sofrimento e angústia. Conclui-se que o dano aos autores decorre do próprio fato narrado e prescinde de prova (dano in re ipsa).

(...)

Em caso similar, envolvendo falecimento de soldado do Exército vítima de homicídio por disparo de arma de fogo, no período em que prestavam serviço militar, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça fixou a indenização por danos morais no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para a mãe da vítima. Neste sentido, destaco o seguinte julgado:

(...)

Portanto, no caso concreto, cuidando-se dos pais do Cabo falecido, tomando-se por base o julgado supracitado, o valor da indenização por danos morais seria de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) para cada um dos pais do autor falecido; contudo, deve ser abatido o percentual decorrente da corresponsabilidade, ficando a indenização estabelecida em R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para cada

um dos autores, quantia moderada e condizente com a responsabilidade com que cada um dos envolvidos contribuiu para o acidente.

(...)” (destaquei).

Pretende a União a reforma da sentença para ver julgado improcedente o pedido, sustentando que a vítima deu causa ao evento danoso discutido nos autos.

Sem razão, no entanto.

Não há quaisquer dúvidas acerca da intensa dor e sofrimento impostos aos autores em razão do falecimento precoce de seu jovem filho, militar da União que foi atingido por disparo acidental de arma de fogo quando em serviço. Não se discute, portanto, se os requerentes de fato passaram por situação de abalo psíquico relevante o suficiente para que se conclua pela existência de um dano extrapatrimonial, o que é mais do que evidente.

No entanto, o que se há de examinar no caso concreto, para fins de acolhimento ou rejeição do pedido indenizatório deduzido nestes autos, é se o fatídico evento decorreu de qualquer conduta, comissiva ou omissiva, que se possa imputar à União, para fins apuração de sua responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais.

Com efeito, a existência do fato e sua autoria foram definitivamente decididas no juízo criminal, com o trânsito em julgado de decisão do E. Superior Tribunal Militar, não mais cabendo qualquer discussão quanto à matéria nestes autos, nos termos do art. 935 do Código Civil:

Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

Dito isto, verifico que, de fato, a vítima contribuiu decisivamente para o evento em questão, ao entregar pistola de fogo fechada e com carregador ao militar responsável pela guarda e disponibilização de armas (“armeiro”), que, por sua vez, não observou devidamente os procedimentos de segurança aplicáveis à hipótese e deu causa ao disparo que atingiu o filho dos autores, que veio a falecer dias depois.

Nada obstante, a conduta da vítima não elide a responsabilidade civil do Estado no caso concreto, eis que o dano moral que os autores pretendem ver compensado nestes autos decorre da morte de seu filho, evento este causado direta e imediatamente pela conduta culposa do agente público em questão.

Rejeito, portanto, o pedido de reforma da sentença para se julgar improcedente o pedido.

Quanto ao valor arbitrado, inegavelmente se trata de matéria cercada de dificuldades na medida em que não se pode, diretamente, converter o sofrimento humano em valor pecuniário, mas tão somente levá-lo em conta para que se chegue a um patamar suficiente para servir como alento, como mitigação da dor, como reparação do patrimônio moral atingido, sem constituir enriquecimento indevido ao indenizado nem levar o indenizante à ruína.

Como parâmetro para se chegar a um valor adequado, aponto que a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem caminhado no sentido de firmar como razoável o patamar entre 300 e 500 salários mínimos para reparar o dano moral oriundo de evento morte, sendo o valor atribuído por equidade no caso concreto, como se nota em recente voto do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino: “Pode-se estimar que, para esta Corte Superior, um montante razoável para a indenização por dano moral, nas hipóteses de morte da vítima, situa-se na faixa entre 300 e 500 salários mínimos. (STJ, Terceira Turma. REsp 1.354.384 MT. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Disponibilizado no DJe em 04/02/2015)”.

Esta Primeira Turma também já teve a oportunidade de apreciar precedentes em que se pleiteava indenização por dano moral em face da União em decorrência da morte de servidor público, civil ou militar, tendo decidido, recentemente, pelos seguintes valores indenizatórios:

- Manutenção de indenização fixada em sentença em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser dividida igualmente entre esposa e filho de servidor público falecido quando do acidente envolvendo o Veículo Lançador de Satélites "VLS-1", ocorrido em 22/08/2003 no Centro de Lançamento de Alcântara/MA (TRF da 3ª Região, Apelação/Remessa Necessária nº 0005326-04.2004.4.03.6103/SP, Rel. Desembargador Federal Wilson Zauhy, Primeira Turma, e-DJF3: 01/03/2018);

- Majoração da indenização por dano moral fixada em sentença, de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), a ser dividido em 50% para a mãe e 50% para os três irmãos do *de cujus*, agente de polícia federal falecido em acidente de helicóptero durante missão policial, em decisão submetida à técnica de julgamento prevista no art. 942 do CPC/2015. Neste caso, mesmo o voto vencido, do E. Desembargador Federal Hélio Nogueira, foi no sentido de majorar a indenização para R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (TRF da 3ª Região, Apelação/Remessa Necessária nº 0010470-45.2007.4.03.6105/SP, Rel. Desembargador Federal Wilson Zauhy, Primeira Turma, e-DJF3: 26/10/2018);

- Manutenção da indenização por dano moral fixada em sentença em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em ação movida pelos pais de militar falecido em razão do disparo de arma de fogo por colega de quartel, sendo certo que os requerentes não recorreram da sentença, razão pela qual não seria possível a esta Corte majorá-lo (TRF da 3ª Região, Apelação/Remessa Necessária nº 0001726-84.2004.4.03.6002/MS, Rel. Desembargador Federal Wilson Zauhy, Primeira Turma, e-DJF3: 15/04/2019).

Pois bem.

Considerando as circunstâncias específicas do caso concreto, em especial o considerável grau de culpa do agente público causador do evento lesivo em apreço, que, incumbido da função de receber e armazenar devidamente a arma de fogo que lhe foi entregue pela vítima, deixou de observar seus deveres de cuidado e deu causa ao disparo na direção do filho dos requerentes, que veio a falecer, o leve grau de culpa concorrente da própria vítima, que entregou a pistola em questão ao “armeiro” fechada e carregada, quando deveria tê-la repassado aberta, sem carregador e sem munição, a elevada extensão do dano moral imposto aos autores, pai e mãe da vítima, em decorrência do falecimento de seu jovem filho, de apenas 24 anos de idade quando teve sua vida ceifada em razão deste acontecimento abrupto e violento, não sem antes definhando por dias em um leito de hospital, e atento aos precedentes deste Colegiado quanto à matéria, tenho que o valor indenizatório arbitrado em sentença é razoável e suficiente à compensação do dano moral no caso dos autos, sem importar no enriquecimento indevido dos requerentes, devendo ser mantido.

Mantida, portanto, a indenização por dano moral no patamar arbitrado em sentença, de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para cada autor, pai e mãe do militar falecido, perfazendo o total de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), valor sobre o qual incidirão correção monetária e juros de mora nos termos que passo a fixar.

Dos juros de mora e correção monetária

A Jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que os juros de mora e correção monetária, enquanto consectários legais da condenação principal, são matérias de ordem pública, sendo possível sua fixação ou alteração de ofício, sem que se cogite de reformatio in pejus (STJ, AgRg no REsp nº 1.436.728 -SC. Rel. Mi Assusete Magalhães. Segunda Turma, DJe: 04/11/2014; EDcl nos EDcl no REsp nº 998.935 -DF. Rel. Mm. Vasco Della Giustina. Terceira Turma, DJe: 04/03/2011; AgRg no Ag nº 1.114.664 -Ri. Rel. Mi Aldir Passarinho Junior. Quarta Turma, DJe: 15/12/2010).

Desta forma, passo a apreciar o pleito da União de adoção de correção monetária exclusivamente pelo índice previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, sem, no entanto, me limitar às alegações recursais.

Termo inicial

É cediço que, nas hipóteses de indenização por dano moral, a correção monetária deve incidir a partir da data do arbitramento do valor indenizatório, como se vê no enunciado da Súmula nº 362 do Superior Tribunal de Justiça: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento".

O mesmo se diga quanto aos juros moratórios porque o devedor passa a estar em mora apenas quando do arbitramento do valor, uma vez que não é possível o pagamento antes desta data:

“A indenização por dano moral puro (prejuízo, por definição, extrapatrimonial) somente passa a ter expressão em dinheiro a partir da decisão judicial que a arbitrou, O pedido do autor é considerado, pela jurisprudência do STJ, mera estimativa, que não lhe acarretará ônus de sucumbência, caso o valor da indenização seja bastante inferior ao pedido (Súmula 326,). Assim, a ausência de seu pagamento desde a data do ilícito não

pode ser considerada como omissão imputável ao devedor, para o efeito de tê-lo em mora, pois, mesmo que o quisesse, não teria como satisfazer obrigação decorrente de dano moral, sem base de cálculo, não traduzida em dinheiro por sentença judicial, arbitramento ou acordo (CC/1 9/6, art. 1064). Os juros moratórios devem, pois, fluir, no caso de indenização por dano moral, assim como a correção monetária, a partir da data do julgamento em que foi arbitrada a indenização, tendo presente o magistrado, no momento da mensuração do valor, também o período, maior ou menor, decorrido desde o fato causador do sofrimento infligido ao autor e as consequências, em seu estado emocional, desta demora”.

(STJ. REsp nº 903.258 RS. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. DJe 1 7/11/2011).

Desta forma, é de se reformar a sentença, de ofício, para que incidam juros de mora e correção monetária sobre a indenização por dano moral a partir da data da sentença.

Índices aplicáveis

Considerando o reconhecimento de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009 pelo E. Supremo Tribunal Federal (ADIIn 4425), deixo de aplicar o referido dispositivo ao caso presente.

Cumprir registrar que a discussão instaurada no âmbito do referido Recurso Extraordinário referente à possível modulação de efeitos da decisão de inconstitucionalidade antes proferida foi definitivamente encerrada com a rejeição, pelo Plenário do Pretório Excelso, dos embargos de declaração opostos com esta finalidade, em julgamento concluído em 03/10/2019.

Incabível, portanto, a modificação do julgado para determinação da incidência do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997 por todo o período, como pretende a União, devendo, ainda, ser reformada a sentença para se afastar a aplicação deste índice a partir de julho de 2009.

O montante devido será, então, corrigido pela variação do IPCA-e, índice capaz de concretamente refletir a inflação apurada no período e recompor, assim, o poder aquisitivo da moeda.

Quanto aos juros moratórios, com a edição da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.703/2012, serão os juros de 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5% ou 70% da taxa Selic ao ano, nos demais casos.

Dos honorários advocatícios

Considerando que a decisão foi publicada após 18 de março de 2016, que houve condenação ao pagamento de honorários advocatícios em valor abaixo dos limites do § 3º, inciso I do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 e o não provimento do recurso (STJ, EDcl no AgInt no RESP nº 1.573.573 RJ. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma. DJe 08/05/2017), majoro os honorários advocatícios devidos pela União para 12% sobre o valor atualizado da condenação.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por **negar provimento** à apelação da União, majorar os honorários advocatícios devidos pela União para 12% sobre o valor atualizado da condenação e, de ofício, determinar a incidência de juros de mora e correção monetária sobre a indenização por dano moral a partir da data da sentença, pelos índices fixados na fundamentação.

E M E N T A

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, CIVIL E
PROCESSUAL CIVIL. MILITAR DA UNIÃO. MORTE. DISPARO
ACIDENTAL DE ARMA DE FOGO POR OUTRO MILITAR.
RESPONSABILIDADE CIVIL DA UNIÃO. CULPA CONCORRENTE QUE

NÃO ELIDE O DEVER DE INDENIZAR. INDENIZAÇÃO. ARBITRAMENTO. CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E NÃO ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/2009. INCONSTITUCIONALIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. No caso dos autos, pretendem os autores a condenação da União Federal ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da morte de seu filho, que era militar da ativa e foi atingido por disparo accidental de arma de fogo dentro de unidade militar, quando em serviço.
2. Não há quaisquer dúvidas acerca da intensa dor e sofrimento impostos aos autores em razão do falecimento precoce de seu jovem filho, militar da União que foi atingido por disparo accidental de arma de fogo quando em serviço. Não se discute, portanto, se os requerentes de fato passaram por situação de abalo psíquico relevante o suficiente para que se conclua pela existência de um dano extrapatrimonial, o que é mais do que evidente. No entanto, o que se há de examinar no caso concreto, para fins de acolhimento ou rejeição do pedido indenizatório deduzido nestes autos, é se o fatídico evento decorreu de qualquer conduta, comissiva ou omissiva, que se possa imputar à União, para fins apuração de sua responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais.
3. A existência do fato e sua autoria foram definitivamente decididas no juízo criminal, com o trânsito em julgado de decisão do E. Superior Tribunal Militar, não mais cabendo qualquer discussão quanto à matéria nestes autos, nos termos do art. 935 do Código Civil.
4. De fato, a vítima contribuiu decisivamente para o evento em questão, ao entregar pistola de fogo fechada e com carregador ao militar responsável pela guarda e disponibilização de armas (“armeiro”), que, por sua vez, não observou devidamente os procedimentos de segurança aplicáveis à hipótese e deu causa ao disparo que atingiu o filho dos autores, que veio a falecer dias depois. Nada obstante, a conduta da vítima não elide a responsabilidade civil do Estado no caso concreto, eis que o dano moral que os autores pretendem ver compensado nestes autos decorre da morte de seu filho, evento este causado direta e imediatamente pela conduta culposa do agente público em questão.
5. Quanto ao valor arbitrado, inegavelmente se trata de matéria cercada de dificuldades na medida em que não se pode, diretamente, converter o sofrimento humano em valor pecuniário, mas tão somente levá-lo em conta para que se chegue a um patamar suficiente para servir como alento, como mitigação da dor, como reparação do patrimônio moral atingido, sem constituir enriquecimento indevido ao indenizado nem levar o indenizante à ruína. Como parâmetro para se chegar a um valor adequado, aponto que a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem caminhado no sentido de firmar como razoável o patamar entre 300 e 500 salários mínimos para reparar o dano moral oriundo de evento morte, sendo o valor atribuído por equidade no caso

concreto, como se nota em recente voto do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino: “Pode-se estimar que, para esta Corte Superior, um montante razoável para a indenização por dano moral, nas hipóteses de morte da vítima, situa-se na faixa entre 300 e 500 salários mínimos. (STJ, Terceira Turma. REsp 1.354.384 MT. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Disponibilizado no DJe em 04/02/2015)”.

6. Considerando as circunstâncias específicas do caso concreto, em especial o considerável grau de culpa do agente público causador do evento lesivo em apreço, que, incumbido da função de receber e armazenar devidamente a arma de fogo que lhe foi entregue pela vítima, deixou de observar seus deveres de cuidado e deu causa ao disparo na direção do filho dos requerentes, que veio a falecer, o leve grau de culpa concorrente da própria vítima, que entregou a pistola em questão ao “armeiro” fechada e carregada, quando deveria tê-la repassado aberta, sem carregador e sem munição, a elevada extensão do dano moral imposto aos autores, pai e mãe da vítima, em decorrência do falecimento de seu jovem filho, de apenas 24 anos de idade quando teve sua vida ceifada em razão deste acontecimento abrupto e violento, não sem antes definhando por dias em um leito de hospital, e atentando-se aos precedentes deste Colegiado quanto à matéria, tem-se que o valor indenizatório arbitrado em sentença é razoável e suficiente à compensação do dano moral no caso dos autos, sem importar no enriquecimento indevido dos requerentes, devendo ser mantido.

7. Mantida, portanto, a indenização por dano moral no patamar arbitrado em sentença, de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para cada autor, pai e mãe do militar falecido, perfazendo o total de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), valor sobre o qual incidirão correção monetária e juros de mora.

8. Reformada a sentença, de ofício, para que incidam juros de mora e correção monetária sobre a indenização por dano moral a partir da data da sentença.

9. Considerando o reconhecimento de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009 pelo E. Supremo Tribunal Federal (ADI nº 4425), deixa-se de aplicar o referido dispositivo ao caso presente. O montante devido será, então, corrigido pela variação do IPCA-e, índice capaz de concretamente refletir a inflação apurada no período e recompor, assim, o poder aquisitivo da moeda.

10. Com a edição da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.703/2012, serão os juros de 0,5% ao mês, caso a taxa Selic ao ano seja superior a 8,5% ou 70% da taxa Selic ao ano, nos demais casos.

11. Honorários advocatícios devidos pela União majorados para 12% sobre o valor atualizado da condenação.

12. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, por unanimidade, negou provimento à apelação da União, majorou os honorários advocatícios devidos pela União para 12% sobre o valor atualizado da condenação e, de ofício, determinou a incidência de juros de mora e correção monetária sobre a indenização por dano moral a partir da data da sentença, pelos índices fixados na fundamentação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: **WILSON ZAUHY FILHO**

17/04/2020 17:28:39

<http://pje2g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **130355091**



20041717283897100000129442230

IMPRIMIR

GERAR PDF